

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Movimentos de Renovação Política e a Substituição do Imaginário Social Brasileiro: seus
projetos e autoconsciência

Matheus Cravo do Amaral Codeço

ORIENTADOR: Marco Antonio Carvalho Teixeira

São Paulo – SP

2019

Resumo

O presente trabalho buscou tentar compreender o fenômeno dos movimentos tidos de renovação política, principalmente pelo olhar de quem faz parte deles. Para isso, as fontes de dados advêm de veículos da mídia, especialmente a escrita e a On-line (Jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo), sites dos movimentos e entrevistas semiestruturadas com alguns integrantes desses movimentos.

Foi descoberto que as grandes manifestações de 2013 e as que se seguiram em diante e o questionamento de políticos e partidos na Operação Lava Jato criaram uma espécie de “janela de oportunidade” onde esses movimentos pudessem surgir. Seus líderes e fundadores possuem uma grande qualificação profissional tendo sido estudantes em grandes universidades como Harvard e grandes empresários e players do mercado financeiro.

Prezam pelo pluralismo e por isso possuem pautas pontuais como educação, transparência e redução das desigualdades. Avaliam a renovação política como uma renovação de pessoas com novos princípios que tem uma nova prática política.

Embora exploratório, este estudo busca contribuir com o amadurecimento desse campo de estudo para compreender o Brasil contemporâneo.

Palavras-chaves

Movimentos Renovação Política

1. Introdução

Nunca houve na história da democracia brasileira uma renovação tão grande quanto nas eleições de 2018. Segundo dados do próprio Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados teve uma renovação de 47,3%, ou seja, 243 dos 513 são novos, e o Senado com 87%, ou seja, 46 dos 54 são novos. Desse contingente, 34 estão ligados a um movimento dito de “renovação política”. O que são esses movimentos? O que buscam? Como surgiram?

Esse é o objetivo desse estudo, proporcionar uma exploração desses movimentos para tentar compreender esse fenômeno através dos olhos de quem realmente faz a renovação. É importante salientar que os movimentos que englobam a narrativa da renovação política não formam um conjunto coeso, são muitos em número e das mais variadas posições políticas. Alguns com posições mais conservadoras, como o Movimento Brasil Livre e outros com posições mais progressistas que apelam para redução das desigualdades e para questões de gênero e raça como o Agora e Acredito.

Essa ressalva tem que ser feita na medida em que a narrativa da renovação política sendo utilizada por todos eles e até por grupos que há muito tempo já estão na política, geram confusões. Os movimentos tratados neste estudo são aqueles que podem ser posicionados no “campo progressista”.

Este estudo tenta fazer uma compreensão sobre esses movimentos e busca entender como e porque eles surgiram. Está organizado de forma a abordar a metodologia, o referencial teórico e os resultados encontrados. Os resultados estão organizados de forma a possibilitar ao leitor como os movimentos surgiram e quais são suas principais características.

2. Teoria

Neste trabalho serão utilizadas as teorias da representação política, apoiada principalmente em Hanna Pitkin e as teorias dos movimentos sociais.

Ao pesquisar sobre a Renovação Política, um campo de estudo que deve ser levado em consideração é a Representação Política. Uma das mais proeminentes autoras a contribuir com o campo é Hanna Pitkin. De forma sucinta, apresento sua visão a respeito da Representação Política.

Para Pitkin, representação é “tornar presente novamente”, ou seja, fazer com que os desejos e anseios dos constituintes se façam presentes nas formulações de políticas públicas e nas decisões governamentais. Embora possa ser bem abrangente esta definição o conceito de representação política traz consigo um paradoxo.

Podemos classificar esse paradoxo como o dilema do delegado versus administrador. Este paradoxo pode ser compreendido através das posições de James Madison(1787) e Edmund Burke(1790). Madison acreditava que o governo representativo era um grupo de pessoas que receberam aprovação para governar em nome do povo, ou seja, foram delegadas a representar. Com isso, Madison admite que "estadistas esclarecidos nem sempre estarão no comando" e apontava uma população grande e diversa para reduzir esses problemas de representação.

Já Burke, afirmava que o parlamento não é um congresso de interesses difusos, mas sim um lugar onde prevaleçam os interesses de uma nação e não de uma localidade em específico. "Você escolhe um membro, de fato; mas quando você o escolheu, ele não é um membro de Bristol, mas ele é um membro do Parlamento", afirma Burke.

Um outro autor também apresenta essa problemática: Giovanni Sartori (1962:28) afirma que a representação tem função dupla, [...] não apenas a de tutelar os interesses dos mandantes, mas ao mesmo tempo a de governá-los [...] É esta a raiz de todos os problemas que agitam os sistemas parlamentares do nosso tempo”

Afinal deveria o representante ser um delegado de sua comunidade, levando os interesses de seus representados, ou este deve possuir autonomia para tomar decisões que não estejam de acordo com a vontade de seus representantes? Hanna Pitkin (1967: 213) nos dá uma pista: “[...] o representante deve visar ao interesse dos representados de maneira pelo menos potencialmente responsiva aos seus anseios, e [...] o conflito entre eles deve ser justificável em termos desse interesse”.

Pitkin nos apresenta uma teoria da Representação Política na qual faz uma divisão em quatro tipos de representação:

A representação formalística diz respeito aos arranjos institucionais de autorização e prestação de contas (accountability) que os representantes passam. A autorização diz respeito ao processo pelo qual os representantes são eleitos, enquanto que a prestação de contas diz respeito a como a população julga esse representante, ou seja, pune caso este não seja responsivo (ato de responder, atender) com as demandas.

A representação simbólica diz respeito ao significado que um representante tem para seus representados. A representação descritiva procura entender o quanto o representante se assemelha com seus representados. A representação substantiva diz respeito a como os representantes tomam as suas decisões. Se age em nome do representado e se não em nome de quem age. Podemos ter uma visão desses conceitos ao observar a tabela abaixo elaborada pela professora Maria Rita Loureiro em *Interpretações contemporâneas da representação*

Tipos de representação	Breve caracterização	Principais questões de pesquisa	Padrões implícitos de avaliação dos representantes
1. Representação formalística	O arranjo institucional precede e inicia a representação. Representação formal, com duas dimensões: autorização e <i>accountability</i> .	Qual é a posição institucional do representante?	Nenhum
(Autorização)	Meios pelos quais o representante obtém sua posição, status e cargo.	Por qual processo o representante ganha poder (eleições) e por quais meios o representante pode garantir suas decisões?	Sem padrões para avaliar o comportamento do representante. Pode-se apenas analisar se ele ocupa ou não legitimamente sua posição.
(<i>Accountability</i>)	A capacidade do eleitor de punir seus representantes por falhas em agir de acordo com seus desejos (votando em candidato de fora do cargo) ou a responsividade do representante para com os eleitores.	Quais são os mecanismos de sanção disponíveis para os eleitores? É o representante responsivo frente às preferências de seus eleitores?	Sem padrões para avaliar o comportamento do representante. Pode-se apenas determinar se o representante pode ou não ser sancionado ou se tem sido responsivo.
2. Representação simbólica	Os modos pelos quais o representante se coloca para o representado, isto é, o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados.	Qual tipo de resposta é invocada pelo representante nos que estão sendo representados?	Representantes são avaliados pelo grau de aceitação que o representante tem entre os representados.
3. Representação descritiva	Extensão em que o representante se assemelha aos que estão sendo representados.	O representante tem semelhança e interesses comuns ou partilha experiências com o representado?	Avaliação do representado pela semelhança entre representante e representado.
4. Representação substantiva	A atividade dos representantes – isto é, as ações realizadas em nome e no interesse de, como um agente de e como um substituto para o representado.	O representante encaminha as políticas preferidas que melhor servem aos interesses dos representados?	Avaliação do representante pela extensão em que os resultados das políticas públicas encaminhadas pelo representante servem aos melhores interesses dos eleitores.

Extraído de: LOUREIRO, 2009

Essa divisão ao analisar a representação é muito útil na medida em que oferece visões diferentes, mas não está totalmente completa, na medida em que não leva em consideração as mudanças ocorridas no mundo desde a publicação do estudo em 1967. John Dryzek e Simon Niemayer (2008) propuseram uma concepção alternativa de representação, que ele chama de representação discursiva, para refletir o fato de que atores transnacionais

representam discursos, não pessoas reais. Por discursos, eles significam “um conjunto de categorias e conceitos que incorporam pressupostos, julgamentos, contenções, disposições e capacidades específicas”.

Com relação a mudanças ao longo do tempo é importante salientar que o que Manin(1995) afirmou na publicação “As metamorfoses do governo representativo” que as ditas crises da representação são apenas as transformações da representação em curso.

Outro campo de estudo que deverá ser utilizado neste trabalho é o das teorias dos movimentos sociais, uma vez que os movimentos de renovação política se assemelham com movimentos sociais embora também possuam características parecidas com os partidos políticos. Para se compreender isso é necessário primeiro fazer uma recapitulação a respeito das teorias dos movimentos sociais e após sobre a definição e Partidos Políticos.

Para analisar os movimentos sociais é preciso compreender como as pessoas se veem na necessidade de cooperarem umas com as outras para atingir um objetivo em comum. As teorias das Ações Coletivas vem justamente para oferecer essa maior elucidação sobre este fenômeno. Existem várias correntes que tentam explicar as ações coletivas e consequentemente os movimentos sociais. Gohn as classificam em paradigmas norte americano e europeu.

Ao longo do tempo os movimentos sociais foram se transformando e a teoria teve de se adequar a essas novas características dos movimentos sociais. Portanto fazer um histórico dos movimentos fazendo uma relação com as teorias torna-se muito mais didático e possibilita uma visão mais ampla de como os movimentos foram se alterando conforme as necessidades do período histórico ao qual estava inserido.

O primeiro período, século XIX e início do XX, foi caracterizado por movimentos com caráter revolucionário e que representavam classes, principalmente operárias. Com as transformações que se viam no mundo, seja do ponto de vista político e econômico, esses grupos de pessoas tinham como objetivo lutar por um objetivo que fosse ao encontro de suas necessidades e aspirações. Com a revolução industrial e a transformação do mundo numa sociedade de consumo os movimentos operários foram se fortalecendo cada vez mais. Com a

ascensão das ideias marxistas outros grupos se juntaram aos operários com o objetivo de tomar o poder, tornando-se assim revolucionários.

O segundo período, década de 1930 até a década de 1960, foi marcada pela Teoria da Desmobilização Política. Tomando como base que a modernidade tenha trago um individualismo exacerbado, tornando o indivíduo preocupado com sua autossatisfação, dando as costas para a política (no final das contas está relacionado ao coletivo), fez com que as pessoas apenas se manifestassem numa explosão reativa de frustrações individuais, segundo Smelser. Em outras palavras, as pessoas estariam tão preocupadas consigo mesmas que só se mobilizariam se fosse para manifestar um descontentamento e nunca uma luta para se conseguir algo.

O período da década de 60 vem para mostrar que a teoria da desmobilização não correspondia com a realidade. Nesse período surge os movimentos das mulheres, dos direitos civis dentre muitos outros. Esses movimentos têm uma característica em comum que é de universalização, ou seja, uma espécie de campanha de “direito a ter direitos”. Nesse sentido surge a Teoria das Mobilizações dos Recursos que diferentemente da teoria das desmobilizações que considerava as mobilizações apenas como fruto da insatisfação, esta dá aos movimentos sentido e organização.

A Teoria da Mobilização de Recursos tem como premissa que o indivíduo participa da mobilização devido a um cálculo racional e que os movimentos dependiam de recursos materiais e humanos. Essa articulação de recursos materiais e humanos seria responsável pela longevidade do movimento. A TMR dá ênfase a mobilização de recursos e organização do movimento, tornando as ações coletivas frutos de cálculos racionais e estratégicos passando por cima de outros aspectos. Logo a TMR sofreu críticas e veio outra teoria para tentar preencher as lacunas que a TMR deixou. Se a TMR colocava os movimentos sob uma lógica empresarial de racionalidade, estratégia e organização, a Teoria do Processo Político(TPP) veio para identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos.

A TPP leva em consideração que a estrutura política ajuda-os a se consolidar. A Estrutura de Oportunidades Políticas(EOP) é um conceito criado para explicar como essa estrutura ajuda ou compromete a consolidação dos movimentos. Estruturas políticas

favoráveis, criadas pelo aumento da permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, ajudam um movimento a organizar-se e criar um ator coletivo que levantará a insatisfação das pessoas. Segundo Alonso: “Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação.”

A década de 80 foi marcada por uma nova mudança nos movimentos sociais. Se antes as ações eram voltadas para uma campanha de universalização dos direitos, agora a tendência é de que as lutas se voltem não mais ao universal(direito a ter direito), mas ao particular. Com a mudança de uma sociedade industrial para uma pós industrial a cultura ganha espaço onde o plano econômico reinava. Alonso afirma:

“Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre o mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada(família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas”

Diante dessa mudança surge uma nova vertente de explicação a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Enquanto a TMR e TPP focavam nas formas de organização, estratégias e estruturas políticas favoráveis ou não, a TNMS visa uma explicação mais voltada para a identidade. Os atores desses novos movimentos não mais se identificariam como pertencentes a um mesmo grupo, mas praticantes de um mesmo estilo de vida. Esses novos movimentos tenderiam a mudar a forma como a sociedade civil se enxerga e os enxerga através de mudanças valorativas.

Diz Alonso que: “Os novos movimentos sociais seriam, então grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades e estilos de vida. Recorreriam a ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas a sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo.”

Sobre os novos movimentos sociais e seus valores, diz Gohn:

“os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade em oposição a formas de controle centralizadas. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações” (2004, p. 167).

Diante do exposto falta conceituar o que são os movimentos sociais. Essa conceituação não é unanimidade, uma vez que existem diversos paradigmas que tentam explicar sob diversas óticas os movimentos sociais, além deles estarem em constante mudança como o mundo também. O estudo dos movimentos sociais vem mudando ao longo do tempo na medida em que segundo Gohn há uma “crise da modernidade e emergências de novas formas de racionalidade”, além de “transformações societárias decorrentes da globalização” e “alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias” que fazem com que haja uma readequação das teorias ao cenário modificado.

Para Gohn Movimentos Sociais são:

“ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.”

Para definir partido políticos, Norberto Bobbio utiliza a famosa definição de Weber onde, o Partido político é "uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele 'objetivo' como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja 'pessoal', isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente". Com essa definição e as teorias dos

movimentos sociais seremos capazes de compreender como esses movimentos se encaixam nessas definições.

3. Métodos

Este trabalho é um trabalho exploratório e tem como objetivo compreender o fenômeno da renovação política por quem faz e por quem a observa. Por ser um trabalho exploratório teve que ter uma abordagem de compreender o fenômeno dos movimentos e da renovação política como um todo e abrangente ao invés de fazer um estudo mais focalizado.

A presente pesquisa trata-se de um trabalho qualitativo através de entrevistas diretas semiestruturadas e análise documental. As fontes documentais advêm de veículos da mídia, especialmente a escrita e a On-line (Jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo), sites das redes sociais de movimentos e entrevistas concedidas por representantes dos movimentos.

Optou-se pela abordagem das entrevistas semiestruturadas para que a entrevista tivesse uma lógica de exploração do assunto, mas que também possibilitasse aos entrevistados uma liberdade para tratar dos assuntos discutidos.

Foram entrevistados integrantes dos movimentos Agora e Acredito, bem como acadêmicos que se debruçam sobre o tema. Não é objetivo deste trabalho fazer um estudo de caso sobre um movimento em específico, mas buscar compreender esses movimentos no bojo das transformações na sociedade brasileira desde 2013.

Foram utilizadas várias entrevistas concedidas por integrantes desses movimentos, não se limitando apenas ao Acredito e Agora, nas mídias. Além disso, análises e comentários nas mídias, principalmente escrita, também foram utilizados para tentar compreender esses movimentos.

Foram utilizadas literaturas sobre os movimentos sociais e sobre representação política. No entanto, por esses movimentos serem bastante recentes, não tanta literatura que se debruce especificamente sobre eles, o que faz com que haja conexões com a teoria mas não

uma discussão mais profunda. A literatura mais conectada com essa temática é sobre as manifestações de 2013 e a participação de jovens na política.

4. Resultados

Origens

Para compreender os movimentos ditos de renovação política, é necessário compreender em que momento eles surgiram. Eles surgiram como uma forma de captar o “descontentamento da população com a política” e buscavam transformar esse “descontentamento em ação”. Após as manifestações de 2013 houve uma multiplicação desses movimentos.

Desde de 2012 o Brasil passa por um momento onde o debate público é muito inflamado. O julgamento do mensalão pelo STF, as manifestações de 2013, a Operação Lava Jato, o impeachment da presidente Dilma Rousseff dentre outros, estavam na “boca do povo”. Manifestações eclodiram ao redor do país começando com pautas específicas e depois ampliando-se para contestações do sistema político como um todo.

Essa contestação abriu caminho para que grupos se organizassem e sobre a estética da nova política propusessem e incentivassem a entrada de novos atores na política com novos princípios e práticas.

As manifestações de Junho de 2013 sempre aparecem como um ponto de inflexão. Para analisarmos como esse evento e os eventos que o sucederam atuaram para proporcionar uma janela de oportunidade para a eclosão de movimentos de renovação política, utilizaremos os artigos das professoras Maria da Gloria Gohn e Angela Alonso, “Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação” e “A gênese de 2013: formação do campo patriótico”, respectivamente.

Sobre as manifestações de 2013 Alonso afirma:

“O evento de 2013 consistiu num ciclo de protestos, com vários movimentos sociais na rua em simultâneo, cada qual com suas agendas e estilos de ativismo, divididos em três campos, conforme a maior incidência de

símbolos anarquistas, socialistas e nacionalistas. O campo autonomista, de movimentos neo anarquistas, privilegiou estilos de vida alternativos, identidades étnicas e de gênero. O socialista, de movimentos, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, tinha agenda redistributiva. Ambos incorporavam políticas públicas. O campo patriota, gigante ao final do ciclo, lá estava desde o início. Seus cartazes repudiavam partidos (“O povo unido não precisa de partido!”), direitos de minorias (“Minoria não pode calar maioria”), impostos e corrupção (“Menos tributação, menos corrupção, menos imposto, mais retorno!”), clamavam por segurança pública (“Chega de impunidade! Chega de bandidos”) e mesmo por ditadura (“Intervenção militar já!”), validos do nacionalismo (“Bandeira, aqui, só do Brasil!”).”

Alonso faz uma retrospectiva ao considerar que dois grandes eventos consolidaram a opinião pública e que deram o combustível para a eclosão das grandes mobilizações de Junho de 2013. Foram eles as discussões da Copa do Mundo e do julgamento do Mensalão pelo STF. Sobre esses eventos Alonso afirma:

“as obras para a Copa do Mundo de 2014, assunto cotidiano de noticiários desde 2011, que puseram na berlinda o papel do Estado na sociedade. Concessões, atrasos e problemas na construção de estádios levantaram dúvidas sobre eficiência (atrasariam?), lisura (superfaturadas?) e capacidade governamental de definir prioridades (esporte ou educação?) [...] Outro evento a aquecer o debate público foi o julgamento da ação penal 470, em 2012, que a imprensa apelidara de “Mensalão”. O escândalo pusera o governo Lula a perigo e fora suplantado por realizações nas áreas social e econômica, no juízo dos que o reconduziram e depois elegeram sua indicada.”

Já Gohn afirma que:

“Em 2013, os jovens souberam sensibilizar e mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas para apoiar suas demandas (contra o aumento das tarifas de transporte). Rapidamente, as manifestações ampliaram o repertório de reivindicações para outros pontos e áreas, gerando

questionamentos sobre políticas públicas, modos de gestão e políticos vigentes.”

Ainda sobre as manifestações de 2013, Gohn salienta que:

“Pode-se dizer que junho de 2013 levou a transformações político-culturais no sentido de criar novos valores e pontos de vista nos jovens participantes e na sociedade em geral. [...] Foram protestos que negaram a política partidária, a forma como ela é praticada no país, embora os participantes não se definissem como apolíticos.”

Alonso também demonstra como essa ebulição política passou de coexistência para conflito:

“No ciclo mosaico de 2013 conviveram três campos de movimentos. No de março de 2015, o campo patriota dominou (“Nossa bandeira jamais será vermelha!”; “Impeachment Já!”; “Fora, CorruPTos!”). Já o ciclo do impeachment, em 2016, polarizou-se entre as campanhas Fora Dilma e Não Vai Ter Golpe!. Ao longo desta mobilização intermitente, a rua passou da coexistência entre campos diferentes para o confronto entre frentes inimigas.”

Essas avaliações das duas pesquisadoras mostram como as manifestações de 2013 estão no âmago de uma mudança na sociedade brasileira que resultaria numa demanda por mudanças no modo como a política institucional acontecia e como as pessoas se relacionavam com seus representantes. A partir de 2013 a sociedade começava a querer uma “renovação política”.

Crise da Política e dos Partidos

Com a Operação Lava Jato questionando a idoneidade de grande parte dos políticos do país e mostrando os mecanismos espúrios de corrupção, os partidos, que nunca foram instituições confiáveis pelos brasileiros, e os políticos perderam ainda mais credibilidade perante a população.

Alonso afirma que dois enquadramentos foram feitos durante o período pós 2013: o primeiro que coloca “a elite política como corrupta.” E o segundo enquadramento que fez o inverso:

“criou o Judiciário como polo positivo. Imprensa e intelectuais construíram imagem do terceiro poder como um quarto, acima da luta política. Associou-se o STF ao Poder moderador do Império, com idêntica ambiguidade de atribuições, meio guardião da lei, meio seu impositor, poder moralizante.”

Esse conjunto de fatores que vão de grandes manifestações, debates públicos acalorados, polarização e entrada da violência no discutir e fazer política, além do questionamento de velhas e consolidadas lideranças políticas, criaram uma janela de oportunidade para que indivíduos ou grupos pudessem se organizar e, utilizando da narrativa da renovação política, pudessem dar uma alternativa de atuação para aqueles que estavam descontentes com o que estava ocorrendo.

Iniciativas individuais

Com a sociedade brasileira borbulhando de discussão política, manifestações e protestos, abriu-se uma janela de oportunidade para transformar o “descontentamento em ação”. Grupos de pessoas altamente qualificadas ao observarem o cenário posto viram que deveria haver uma forma de engajar as pessoas para discutir e fazer política de forma propositiva e não polarizada.

Podemos dizer que esses movimentos, embora independentes de partidos políticos, são frutos de iniciativas pessoais ao olhar para a fundação desses movimentos.

Os perfis dos líderes e fundadores desses movimentos são de pessoas altamente capacitadas que tem uma bagagem teórica e acadêmica vasta, além de sucesso no mundo dos negócios:

Boa parte dos fundadores do Movimento Acredito tiveram uma passagem pela Harvard University em cursos de Graduação ou Pós-Graduação. A Rede de Ação para

Sustentabilidade (RAPS) foi fundada pelo empresário Guilherme Leal e que foi candidato a vice-presidente na campanha de Marina Silva para a Presidência da República.

A escola de Candidatos RenovaBR foi fundada pelo empresário Eduardo Mufarej com ajuda de doações de diversos empresários e profissionais referência em suas respectivas áreas. O movimento Agora foi fundado por jovens que estavam em um encontro dos jovens líderes da Organização das Nações Unidas.

Os Movimentos

Muitos são os movimentos ditos de renovação política. Cada um possui uma característica, mas no geral são organizações que tentam influenciar a agenda pública e lançar candidatos, oferecendo-lhes apoio, capacitação e muitas das vezes uma rede de possíveis doadores.

Os movimentos de renovação política surgem como uma forma de tentar burlar o sistema político brasileiro. A alegoria do hacker é utilizada pelos movimentos para tentar explicar o que fazem. Movimentos que lançam candidatos e criam redes ou que elaboram agendas para influenciar diretamente os debates de políticas públicas utilizam a narrativa de “hackear o sistema” para deixar claro que, embora não sejam partidos políticos, estão tentando, direta ou indiretamente, mudar os resultados das decisões governamentais.

Nas palavras de um integrante desses movimentos “Partidos são grupos organizados da sociedade que propõe uma visão de longo prazo, a partir dos valores do grupo que juntam lideranças que compartilham dessa visão e que agem politicamente para implementar esta visão.” E são justamente nessas questões que os partidos falham.

A máxima “Da sociedade para a sociedade” serve para ilustrar que essas ações partem sem a presença dos partidos políticos tradicionais. Embora tenham surgido da sociedade, esses movimentos são mais frutos de iniciativas pessoais do que de movimentos da sociedade. Diferentemente de movimentos sociais que começam como mobilizações e engajamento e depois se organizam enquanto movimento, esses movimentos primeiro surgem enquanto organizações e depois adquirem associados.

A professora Maria da Gloria Gohn criou a terminologia de “organizações movimentalistas” como forma “para caracterizar grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação” (Gohn, 2017).

Embora esse conceito não se enquadre perfeitamente aos movimentos de renovação política, ele nos dá um indicativo do que são esses movimentos: organizações que buscam mobilizar a sociedade para a discussão de políticas públicas através da atuação política direta e indireta.

O objetivo desses movimentos seria contribuir com o sistema democrático sem a atuação dos partidos políticos, mas com um conjunto de valores orientassem as ações. Os movimentos de renovação surgem para suprir uma demanda que os políticos tradicionais e os partidos políticos não conseguiam que era de suprir as demandas de uma sociedade que estava inconformada com o estado de coisas com que se passava o país.

Renovação Política

O termo “nova política” rapidamente se tornou um termo vazio de sentido. Muito pelo fato de ter sido usado a exaustão e para identificar qualquer coisa que fosse de “fora do sistema”. É preciso ter em mente que renovação política é um conceito muito vago e amplo, que abarca várias interpretações. Toda mudança envolve novidade, mas nem toda novidade envolve mudança. Mudança sem novidade é continuidade, conservação.

A renovação política pode ser compreendida como a busca pelo novo, ou seja, aquilo que é inédito. Esse entendimento de renovação como sendo apenas a busca pelo novo, embora possa, num primeiro momento, satisfazer o nosso desejo de mudança, pode levar-nos a uma situação em que se mudam os agentes, ou seja, as caras, mas as práticas continuam as mesmas, gerando assim o mesmo resultado.

Já se compreendermos a renovação política enquanto mudança devemos buscar a alteração substantiva, concreta, da forma como se faz a política e como esta se relaciona a seu redor.

“Renovação, para ser efetiva, deve ser constituída por novas pessoas que ao possuir novos valores exercem novas práticas políticas”. Essa foi uma frase comumente ouvida ao longo da pesquisa. Essa tríade: Pessoas, Valores e Práticas aparece muito no discurso dos movimentos de renovação política cada uma delas possuindo uma explicação:

Os partidos políticos não promovem um acesso ao sistema político como deveriam. Normalmente existem as figuras dos chamados “caciques” que controlam, praticamente, todas as atividades partidárias, direta ou indiretamente. Esses “caciques” ou são políticos bem experientes ou vieram de alguma dinastia familiar que há muito tempo atua na política. Os movimentos de renovação pregam que as pessoas “comuns”, que nunca se dedicaram a vida pública, podem e devem adentrar no sistema político.

Com a política dominada por políticos experientes e com tradições familiares na política, muitas das vezes seus atos são orientados com base no pragmatismo e na barganha. Com as grandes operações contra corrupção ficou claro que para parte dos políticos os valores não estavam alinhados aos princípios da moralidade, ética ou transparência. Os movimentos de renovação política dão atenção a esses princípios e orientam suas ações através deles. Com isso fazem uma diferenciação entre a “nova” e “velha política”.

Novas pessoas com novos princípios acabam tendo novas práticas. Entende-se como práticas a relação com o eleitor, com o uso dos recursos públicos e na maneira de se fazer as negociações políticas. Sendo assim, a “práxis” política é um dos pilares para uma renovação política de fato.

Pautas e Pluripartidarismo

Por terem surgido no bojo de manifestações e debates acalorados que resultaram numa polarização e num acirramento chegando a violência, os movimentos de renovação política prezam muito pelo pluripartidarismo. Numa tentativa de “despolarizar” a sociedade, esses movimentos aceitam pessoas de todas as matizes ideológicas e posicionamentos políticos. A única limitação são os valores do movimento ou os compromissos que esses membros tem que ter.

Esses movimentos são pluripartidários não só para reduzir a polarização, mas também para que com bons líderes em vários partidos, estes pudessem causar uma mudança

interna em seus respectivos partidos e assim melhorar a qualidade do sistema político brasileiro como um todo.

Ao se fazer a escolha da pluralidade de pensamentos dentro das organizações, as pautas desses movimentos se mostram pontuais. As bandeiras da educação, da redução de desigualdades e igualdade de oportunidades, transparência, ética permeiam os movimentos de renovação política. Outro tema caro aos movimentos de renovação é a reforma política. Muitos defendem as candidaturas independentes, mais transparência e democracia nas decisões partidárias, critérios de diversidade dentre outras pautas aparecem

Tipologia

Ao observar os vários movimentos de renovação política podemos observar que eles podem ser agrupados conforme algumas características referentes a sua atuação. Existem movimentos que podem ser classificados como “escolas de candidatos”, outros que podem ser considerados como movimentos propriamente ditos, e estes por sua vez se subdividem em movimentos de engajamento e movimentos de agenda.

As “escolas de candidatos tem como objetivo selecionar, treinar e colocar em rede boas, atuais e futuras lideranças políticas. Configuram nesta categoria a RAPS e o RenovaBR. Nas palavras de um integrante da RAPS: “A RAPS nasce da vontade de contribuir para o processo democrático, principalmente o processo de formação de lideranças”

Já os movimentos de engajamento são aqueles caracterizados por constituírem uma base de associados. Exemplos desse tipo de movimentos são o Acredito e o MBL. Esses movimentos estão presentes em vários locais do país e contam com voluntários que fazem mobilizações e ações. Esses voluntários podem ser apoiados por esses movimentos caso sejam desejam se candidatar a cargos eletivos.

E existem os movimentos de agenda, estes movimentos buscam influenciar a agenda pública com a proposição de temas. Um grande exemplo é o movimento Agora. Nas palavras de um de seus integrantes: “O Movimento Agora visa propor uma visão coletiva de longo prazo para o Brasil, criando as políticas públicas para que essa visão seja alcançada e

incentivando que pessoas que estão fora da política se envolvam na defesa e implementação dessa visão, sendo ou não candidato.”

Essa tipologia não deve levada à risca e podem existir movimentos que não se encaixem em um tipo específico e aqueles que detém características de mais de um. Mas de forma geral os movimentos de renovação política podem ser observados quanto a sua atuação segundo esse prisma.

Destruição Criativa?

Para Lavallo, Houtzager e Castello em Democracia, pluralização da representação e sociedade civil:

“as chamadas “crises” da democracia, da política e dos partidos constituem, na verdade, interpretações imprecisas de transformações em curso – graças às quais a representação política estaria a se reconfigurar, permitindo o funcionamento das instituições do governo representativo e da democracia sob novas condições históricas”

Os movimentos de renovação trazem uma série de inovações para a prática política. Podemos citar o exemplo dos processos seletivos feitos por deputados federais eleitos que participam da RAPS, Renova BR, Acredito e Agora para compor seus gabinetes, a realização de prévias para escolhas dos candidatos como ocorrem no Acredito, a utilização de editais para a distribuição de emendas parlamentares, a utilização de aplicativos que informam aos eleitores as ações dos parlamentares e informam aos parlamentares as posições dos eleitores sobre determinadas.

Esses movimentos assinaram “cartas de compromisso” com partidos para que seus candidatos pudessem ter uma certa “autonomia” perante os partidos e pudessem se manter fiéis aos princípios e valores de seus movimentos. Isso gerou um grande conflito com os partidos, principalmente com o caso da Deputada Tabata Amaral.

Os movimentos de renovação política não se apresentam como substituição aos partidos políticos, mas a sua atuação demonstra que a forma como essas organizações atuam não são mais compatíveis com os anseios de uma sociedade que, calejada de tantos

escândalos, acirramentos e polarizações, almeja por mais responsividade por parte dos seus representantes.

Essas iniciativas, dentre tantas outras, demonstram que esses movimentos podem ter lições importantes a ensinar aos partidos políticos. Não podemos, no entanto, dizer que os partidos são peças fora do jogo ou que esses movimentos são a nova forma de representação. Até o momento estamos num processo de “destruição” e não sabemos o que virá no lugar, se algo virá.

5. Conclusão

Essa pesquisa buscou tentar compreender esses movimentos pelos olhos de quem faz parte deles. O que podemos inferir após esse estudo exploratório é que esses movimentos visam atuar numa falha dos partidos políticos em não conseguir propiciar uma entrada no sistema político. Esses movimentos oferecem uma agenda, ainda que pontual, capacitações, rede de possíveis financiadores e apoios que fazem com que pessoas que jamais se vissem ou tivessem condição de disputar eleitoralmente pudessem assim fazê-lo.

É importante ressaltar que os movimentos de renovação política só se tornaram players da política institucional a partir de 2019 quando alguns de seus integrantes tomaram posse em cargos eletivos e de comissão. Isso demonstra o quão novos esses movimentos são e que, portanto, não se pode concluir se fazem ou não uma “nova política”. Esses movimentos devem ser mais estudados daqui pra frente e esse estudo tem como objetivo contribuir para um campo de estudo importante para a compreensão do Brasil contemporâneo e em rápido crescimento.

Os movimentos de renovação política compreenderam e introduziram em suas narrativas os anseios da sociedade por algo novo na política. Desacreditada e ressentida, devido aos escândalos de corrupção, questionamentos da capacidade de priorização e eficiência do Estado, a sociedade brasileira almejava substituir os atores que há muito tempo atuavam na política.

A cientista política Mônica Sodré em artigo escrito para a Revista Problemas Brasileiros afirma que:

“Carecemos de melhorias diversas na política, e problemas complexos são problemas multifatoriais. A melhoria passa pelo uso consciente dos recursos públicos que os eleitos têm à sua disposição; pela qualificação dos mandatos executivos e parlamentares; pela redução das barreiras e dos custos de entrada a novos agentes políticos; pela possibilidade de que grupos sub representados estejam presentes nos parlamentos; pela transparência no interior dos partidos políticos; pela redução das desigualdades econômicas e sociais que tornam a política e o seu exercício privilégio de poucos; e, ainda, pela educação do eleitor.”

Mesmo que de forma pontual e uns mais do que outros, os movimentos de renovação tentam atacar esses pontos e tornar o sistema político mais transparente, representativo e responsivo. Podemos concluir dizendo que os movimentos de renovação política surgiram devido ao anseio de melhorar o processo democrático brasileiro, causado em grande parte pelo estresse das estruturas e lideranças políticas desde 2013 para cá.

Com esse estudo pretendeu-se dar uma luz sobre esses movimentos. Mas é necessário ter em mente que irão surgir muitas dúvidas a medida em que esses movimentos se tornem agentes mais ativos no cenário político brasileiro.

6. Referências

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço do Debate. São Paulo: Lua Nova, 76: 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. A gênese de 2013: formação do campo patriota. Journal of Democracy em Português, Volume 8, Número 1, Maio de 2019

BURKE, Edmund, 1790 [1968]. *Reflections on the Revolution in France*, London: Penguin Books.

DOVI, Suzanne, "Political Representation", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/political-representation/>>.

DRYZEK, John and Simon Niemeyer, 2008. "Discursive Representation," *American Political Science Review* , 102(4): 481–493.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. Jovens na política: uma nova forma de participação. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, Jan./Abr. 2018.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo , n. 67, p. 49-103, 2006 .

LOUREIRO, Maria Rita. (2009), "Interpretações contemporâneas da representação". *Revista Brasileira de Ciência Política*, (1):63-93.

MADISON, James, Alexander Hamilton and John Jay, 1787–8 [1987]. *The Federalist Papers*, Isaac Kramnick (ed.), Harmondsworth: Penguin.

MANIN, Bernard. (1995), "As Metamorfoses do Governo Representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 5-34.

PITKIN, F. Hanna. 1967. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

SARTORI, Giovanni. 1962. "A teoria da representação no Estado Representativo moderno". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Minas Gerais.

7. Anexos

Um pequeno roteiro foi utilizado para guiar as conversas com os entrevistados. O roteiro apresenta uma linha de raciocínio que perpassa as principais questões relacionadas aos movimentos de Renovação Política, mas permite com que os entrevistados aprofundem nas questões ou abordem temas relacionados.

O que é a renovação política?

Como ela surgiu?

Na sua opinião as Manifestações de 2013 influenciaram a renovação política? Como?

Na sua opinião a Lava Jato influenciou a renovação política? Como?

Como vocês veem a atuação dos partidos políticos? Como a renovação política lida com eles?

Como vocês enxergam a relação da renovação política com os patrocinadores, não apenas os financeiros?